

“Pacote fiscal poderia triplicar investimentos”

SILMARA COSSOLINO**BRASÍLIA**

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse ontem, ao chegar no ministério da Fazenda para a reunião do Conselho de Política Monetária (CMN), que o pacote fiscal de longo prazo proposto ao governo inclui medidas para conter o crescimento das despesas correntes e renovação da CPMF e da DRU. Pelo plano proposto na quarta-feira pelo ministro, durante reunião da Câmara de Política Econômica, seria permanente a cobrança da CPMF e a vigência da DRU.

No caso da CPMF, foi sugerido que a alíquota caísse num prazo de dez anos. Quanto a DRU — que hoje libera 20% das receitas

vinculadas — o aumento do percentual subiria para 35%. Disse que também foi sugerido um teto para despesas de gastos correntes do governo, de 17% do PIB. “Basicamente o plano é isso. Não entramos no mérito se vai mudar o superávit ou não. Fizemos um cenário que mostrava que, mantendo todas as outras condições, inclusive superávit de 4,25% nestes dez anos, teríamos condições de triplicar o volume de investimentos públicos.”

Com o plano proposto, Bernardo disse que a dívida pública poderia chegar a 35% do PIB em 2016. No entanto, disse que o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, estima que poderia chegar em 25% do PIB.